

# Racismo em um processo seletivo: sofrimento ético-político, exclusão e ideologia

Racism in a selection process: ethical-political suffering, exclusion and ideology

Larissa Rodrigues Moreira<sup>1</sup>

Douglas Alves Viana<sup>1</sup>

Fernando Lacerda Junior<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho apresenta a análise de uma vivência de jovens negros em uma situação excludente e opressora. O objetivo da vivência era verificar como um jovem negro era tratado em um processo de contratação de um funcionário para o setor de manutenção de um hospital. Desde o início, quando o candidato foi apresentado para a seleção, o coordenador responsável pelo setor não aceitou a presença do candidato devido a sua aparência. Com a finalidade de realizar uma análise crítica e aplicada dos processos psicossociais da vivência, esta situação e seus desdobramentos serão analisados a partir dos conceitos de sofrimento ético-político, dialética exclusão-inclusão e ideologia. A análise nos permitiu refletir sobre a exclusão a partir da ótica do sofrimento ético-político, isto é, sem individualizar questões psicossociais e, ao mesmo tempo, destacando como é na esfera individual que se objetivam as diversas formas de exclusão social.

**Palavras-chave:** inclusão, exclusão, racismo, sofrimento, psicologia social.

**Abstract:** This paper presents the analysis of an experience of young black men in an exclusionary and oppressive situation. The aim was to verify the experience as a young black man was treated in the process of hiring an employee to the maintenance section of a hospital. From the beginning, when the candidate was presented for selection, the engineer responsible for the sector did not accept the presence of the candidate due to its appearance. In order to perform a critical analysis of the psychosocial processes and applied experience of this situation and its consequences will be analyzed from the concepts of ethical-political suffering, dialectical exclusion - inclusion and ideology. The analysis allowed us to reflect on the exclusion from the perspective of ethical -political suffering, that is, without individualized psychosocial issues and at the same time, highlight how the individual sphere that aim the different forms of social exclusion.

**Keywords:** inclusion, exclusion, racism, suffering, social psychology.

---

1 Graduada(o) em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás.

2 Professor Doutor na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

# Racismo em um processo seletivo: sofrimento ético-político, exclusão e ideologia

Racism in a selection process: ethical-political suffering, exclusion and ideology

Larissa Rodrigues Moreira

Douglas Alves Viana

Fernando Lacerda Junior

## Introdução

Atualmente inclusão e exclusão são temas relevantes e abrangentes abordados por diversos campos de estudos e intervenção. As discussões envolvem desde trabalhos acadêmicos até políticas públicas, o que demonstra a existência de múltiplos empenhos no combate à exclusão e na luta pela inclusão.

No presente trabalho, analisaremos esses temas com base nas experiências vividas por dois jovens negros que participaram, em papéis diferentes, de um processo seletivo para um cargo no setor de manutenção de um hospital. O foco central é analisar como os processos racistas se expressam em nossa sociedade, problematizando sua relação com processos ideológicos, afetos e processos de subjetivação ligados à dialética exclusão-inclusão.

Munanga (2009) se utiliza da metáfora do *iceberg* para se referir ao racismo: há uma parte visível, que corresponde às manifestações discriminatórias que podemos observar no cotidiano, e uma parte que não é imediatamente visível – os preconceitos não manifestos – que se tornam presentes nas consequências do racismo na estrutura psíquica das pessoas.

De acordo com Munanga (2004), o racismo é uma teoria essencialista que divide a humanidade em raças diferenciadas por características físicas que estão intrinsecamente relacionadas com características psicológicas, culturais e morais. Para o autor, o racismo é a crença de que existem raças naturalmente superiores e inferiores, fato que justifica a exploração de uma sobre outra e, por consequência, a desigualdade social. Dessa forma, tudo que pertence ao grupo racial inferior é igualmente considerado como consequência natural de suas características biológicas.

Falar de racismo no Brasil é uma questão que invoca grande polêmica, tendo em vista a forma “caseira” presente no jogo do dito e do não dito: “é saber como se pode dizer alguma coisa sem, contudo, aceitar a responsabilidade de tê-la dito, o que, com outras palavras, significa beneficiar-se da eficácia da fala e da inocência do silêncio” (Ducrot, 1987, p.20). Desta forma, esconde-se a perversidade, o silêncio e o riso. Os estereótipos assumem uma forma zelosamente sutil e camuflada, porém não perdem sua natureza traiçoeira e perigosa.

O racismo no Brasil, como em outros países, tem como objetivo assegurar a invisibilização, a submissão e a naturalização de formas de dominação racial. Seu auge é a destruição física, psicológica e o desaparecimento cultural do segmento étnico indesejado, realçado pelo negro (Silva, 2009).

De acordo com Bento (2009), o racismo no Brasil se manifesta pela ideologia do branqueamento. Esta, de uma forma ou de outra, coloca a problemática racial brasileira como um problema do negro, seja pela afirmação de que não há desigualdade racial, seja pela afirmação de que o responsável pela superação do racismo é o negro. Assim, a branquitude desresponsabiliza a população branca pelas consequências psicossociais do racismo brasileiro. Ainda segundo a autora, a branquitude possui múltiplas manifestações: o silêncio em torno das desigualdades raciais; a concepção da raça como uma forma de hierarquização; ideologias e práticas que justificam a supremacia branca; a afirmação da impossibilidade de uma integração multicultural entre negros e brancos; o embotamento

da capacidade de identificar a discriminação entre membros de populações brancas; o desconforto dos brancos em discussões raciais; o processo de branqueamento de negros, para que estes possam alcançar certos privilégios sociais.

Para dar base à análise da vivência dos jovens negros, vamos partir dessa breve conceituação acerca do racismo e utilizaremos de forma mais específica os conceitos de ideologia (Guareschi, 2009), sofrimento ético-político e dialética exclusão-inclusão (Sawaia, 2010), tendo em vista o campo de possibilidades criado por estas noções para se fazer uma análise crítica dos processos psicossociais implicados na convivência com o racismo.

A análise da ideologia, da dialética exclusão-inclusão e do sofrimento ético-político permite identificar quais são os determinantes da situação racista, o que contribui para sua manutenção e quais as perspectivas de mudança, além de possibilitar a compreensão sobre o que certas situações podem criar ou não e como elas podem ou não neutralizar a “potência de ação” (Sawaia, 2010) dos indivíduos.

Todo o processo de análise do presente artigo tem como finalidade identificar as possíveis contribuições da psicologia social crítica para processos de autonomia/emancipação do sujeito real e concreto em suas vivências cotidianas. Assim, a partir da análise de vivências diretas experimentadas por sujeitos envolvidos em um processo de seleção, buscou-se problematizar processos psicossociais associados ao racismo.

### **Método**

A psicologia social crítica se desenvolveu propondo métodos e técnicas de pesquisa alternativos às práticas de pesquisa da psicologia dominante. Com a finalidade de compreender os significados e as emoções tal como se manifestam no mundo social, a psicologia social crítica propôs, por exemplo, o estudo de relatos de participantes ou de observações em que o pesquisador participa ativamente (Parker, 1989).

Neste sentido, o presente estudo buscou apreender processos psicossociais racistas relacionados com a ideologia e a exclusão social, por meio da observação participante. De acordo com Martínez (2009), a observação participante é um método qualitativo que possibilita o estudo de fenômenos sociais e culturais, tais como são vivenciados pelos sujeitos que participam de certos grupos ou sociedades. Nesta perspectiva, o estudo do sofrimento ético-político se deu pela participação direta dos pesquisadores em uma situação marcada por exclusão social e ideologia. Trata-se de um procedimento privilegiado por evitar situações artificiais e possibilitar a apreensão de fenômenos, ações e significados da forma como eles se manifestam na vida cotidiana (Flick, 2009; Martínez, 2009).

Os “dados” analisados foram os relatos produzidos pelos autores, que participaram da vivência em uma situação social real, e são pontos de vista privilegiados justamente por terem sido produzidos a partir de uma situação que, para os atores sociais envolvidos, é cotidiana.

Neste sentido, a análise da vivência é, ao mesmo tempo, uma análise da própria vida cotidiana. Dois atores sociais específicos participaram da vivência: uma estagiária do setor de Recursos Humanos do hospital, que desenvolvia boa parte de suas atividades no processo de seleção de pessoal; e um candidato a uma vaga de emprego no setor de manutenção do hospital.

A experiência se iniciou com a chegada do candidato à vaga de emprego ao hospital, e, após o término da experiência, os dois sujeitos produziram relatos sobre a vivência. Os relatos foram utilizados como base para analisar os processos psicossociais envolvidos na situação que foi vivenciada. A construção da vivência, os relatos e as análises são apresentados a seguir.

## A vivência

### Primeiro relato de experiência: estagiária do setor de Recursos Humanos

A vivência foi uma expressão clara de discriminação racial. Como estagiária do setor de Recursos Humanos de um hospital, eu realizava processos de seleção para auxiliar de serviços gerais e manutenção. Este processo é composto de entrevista e teste prático. Sendo assim, pensamos em analisar como os processos de exclusão-inclusão eram vivenciados na jornada de trabalho de um funcionário do setor de manutenção. A ideia era que o outro pesquisador participasse do processo seletivo como um candidato e, assim, percebesse algumas dificuldades vivenciadas pelos funcionários do mencionado setor.

Agendamos o dia do teste e o candidato compareceu ao hospital. Quando ele chegou, eu estava num outro prédio do hospital e pedi que ele me aguardasse na entrada do Pronto Socorro. Quando nos encontramos, passamos pela entrada de funcionários e eu comuniquei a um dos funcionários da manutenção que aquele candidato faria o teste prático para a vaga do setor. Logo de início, senti certo olhar de estranhamento.

Fui procurar a camareira para pegar uma camiseta de uniforme para o candidato. Fomos para outra ala do hospital e eu pedi que ele aguardasse enquanto eu localizava a camareira. Nesse momento, encontrei o coordenador do setor e lhe informei que o candidato já havia passado pela entrevista e estava aguardando para iniciar o teste prático. Quando ele viu o candidato, me disse que não havia possibilidades daquele candidato fazer o teste, pois com “aquele cabelo” seria impossível. Acrescentou que era para eu dispensá-lo, e que se o candidato realmente estivesse interessado no trabalho, deveria cortar o cabelo, fazer a barba e retornar depois. Disse também que se os donos do hospital vissem o candidato, eu e ele (coordenador) seríamos demitidos. Por fim, tentou se justificar dizendo que quando começou a trabalhar no hospital também usava um “monte de badulaques”, mas que quando alguém está interessado em trabalhar precisa se adequar aos padrões da empresa.

Fiquei sem saber o que fazer, e, depois dessa conversa, chamei o candidato para fora do hospital e disse que o coordenador não autorizou a realização do teste sem que ele cortasse o cabelo e se barbeasse. Nesse momento, me despedi dele e voltei ao meu trabalho. Depois de voltar para o hospital, comecei a pensar na gravidade da situação que acabara de acontecer. Pensei em tudo o que havia acontecido e percebi a minha impotência diante daquela situação: dependendo do emprego, e em outras situações já presenciei casos de discriminação racial, porém nunca fiz nada. Pensando na situação, fui percebendo que, além do candidato, eu também fui vítima de opressão, já que, dependendo do posicionamento que eu tomasse, correria o risco de perder meu emprego.

Essa vivência me deixou muito frustrada e impotente, pois penso que talvez pudesse ter feito algo para reparar aquilo, mas não fiz. Depois, pensando com algumas pessoas, faria o quê? Pois a ação do coordenador é tida como algo normal.

O que era pra ser uma simulação de uma situação se tornou expressão real de discriminação racial, que cotidianamente é vivenciada por quem não se enquadra nos padrões impostos por nossa sociedade.

### Segundo Relato de experiência: Candidato à vaga de manutenção

Cheguei ao hospital e aguardei a estagiária do setor de Recursos Humanos na ala de emergência. Desde que cheguei ao hospital me senti inapropriado, sentimento comum quando chego a locais com muitas pessoas. Tentei me mostrar o mais confortável possível com a situação e, desviando dos olhares, tentei me mostrar indiferente.

Quando me encontrei com a estagiária, ela me explicou como seria a situação: eu

desenvolveria atividades do setor de manutenção em um teste prático para concorrer a uma vaga de emprego, e quando eu quisesse ir embora deveria avisar ao supervisor que havia desistido da vaga. Enquanto caminhávamos pelo hospital, me senti bastante ansioso e não estava muito confortável com a experiência que estava me propondo a viver. Não sei até que ponto este incômodo se referia ao fato de ser uma situação nova e/ou de trazer reminiscências de situações anteriores.

A estagiária me apresentou a um dos funcionários do setor de manutenção e pediu que eu a seguisse. Passamos pela entrada dos funcionários e caminhamos pela parte interna do hospital, até chegarmos a uma lanchonete. Nesse momento, a estagiária pediu que eu me sentasse e esperasse enquanto ela iria buscar uma camiseta para que eu pudesse iniciar o teste. Em seguida, ela parou e ficou conversando com três pessoas em um corredor próximo ao local em que eu estava sentado. A estagiária veio ao meu encontro e pediu, novamente, que eu a seguisse. Levou-me então para fora do hospital e me disse, com uma feição de ansiedade e incômodo, que eu faria minha vivência sem precisar passar pelo teste prático.

Fiquei surpreso e assustado pensando no que teria acontecido. Então, ela me disse que mandaram me dispensar porque eu deveria cortar o cabelo e fazer a barba. Fiquei sem graça com a situação, mas sorri. Logo depois, senti um pouco de náusea ao pensar no ocorrido. Lembrei que tive todo o cuidado de vestir roupas mais discretas, fazer a barba e arrumar o cabelo com o intuito de ficar mais apresentável, mas que ainda assim minha imagem não foi aceita. Apesar do meu cuidado, eu não estava apresentável o bastante para aquele ambiente e para aquelas pessoas.

### **Análise da vivência**

#### **Ideologia**

Guareschi (2009) apresenta uma definição crítica e prática de ideologia. Crítica, porque compreende a ideologia como ideias mistificadoras que justificam relações de dominação. Prática, porque define a ideologia como forma simbólica que serve para criar e manter relações sociais de dominação entre pessoas. Assim, “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (Guareschi, 2009, p. 95).

Neste sentido, estudar ideologia significa estudar formas simbólicas e relações de poder. As formas simbólicas referem-se ao “amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por pessoas e reconhecidos por elas como contendo um significado” (Guareschi, 2009, p. 96) e o poder é “uma capacidade de produzir algo, capacidade essa específica de cada prática” (Guareschi, 2009, p. 97). O poder de uma pessoa depende de sua localização, de seus recursos e do contexto em que está inserida; a dominação se dá quando determinada pessoa expropria poder de outro ou quando as relações de poder estabelecidas são sistematicamente assimétricas, o que faz com que determinados agentes ou grupos de agentes não participem de determinados benefícios, sendo assim privados deles.

Na situação do teste, supomos que a vivência pode ser compreendida como fenômeno ideológico, pois aparentemente serviu para estabelecer e sustentar relações de dominação. Dominação do coordenador do setor sobre o candidato, na medida em que foi decidido que este não faria o teste; e dominação do dono do hospital sobre a estagiária e o coordenador, pois, de acordo com o último, se os donos do hospital vissem aquele candidato ali, ambos seriam demitidos.

O argumento apresentado para a rejeição do candidato fundamentava-se na necessidade de atender padrões aceitáveis para o hospital. Esses “padrões do hospital” expressam uma ideologia que estabelece uma ordem branca e padronizada, na qual todos

os indivíduos devem se adequar. Esses padrões dizem respeito à cor da pele, ao formato do rosto, dos lábios ou tipo de cabelo e, à forma de se vestir e se comportar. Tais padrões partem da normalização das pessoas brancas e, cabe ao sujeito que desvia de tal padrão, se adequar a ele. Esta responsabilização da pessoa negra à adaptação do padrão branco é, precisamente, o que Bento (2009) chamou de ideologia da branquitude. Sendo assim, o que resta ao negro, se ele não se enquadra no “padrão”? Muitos apelam para mudanças estéticas, violentando seus corpos e sua subjetividade, sofrendo física e psiquicamente por não se adequarem.

Segundo Máximo, Larrain, Nunes & Lins (2012), a cor da pele ainda serve como um símbolo da discriminação e “o fenômeno do branqueamento se refere à ideologia de valorização social do grupo dominante, assim naturalizado, representado nas relações de conflitos raciais pelo grupo branco” (p. 509).

Na situação vivenciada por nós, fica evidente que a prática discriminatória se baseou em sinais corporais visíveis que, de acordo com os autores, são as principais referências nas práticas discriminatórias: cor da pele, características físicas do cabelo e feições do rosto. Um elemento que, ilustrativamente, expressa o caráter ideológico do fenômeno vivido por nós é uma fala do coordenador que buscava justificar a rejeição do candidato para o teste:

“Se esse cara quiser trabalhar aqui, diga para ele que ele deve ir embora, cortar o cabelo, fazer a barba, e, depois voltar. Se ele realmente estiver interessado, fala para ele ir embora e cortar o cabelo. Assim ele não faz teste comigo, de jeito nenhum. Se por acaso, os donos do hospital veem esse cara aqui, mandam nós dois embora. Comigo ele não faz teste. Eu, quando vim trabalhar no hospital, também era cheio de ‘badulaques’, mas quem quer trabalhar tem que se adequar à empresa, tem que seguir as normas. Eu mesmo já vi a dona do hospital brigar com gente aqui porque não estava de barba feita, isso é inaceitável. Comigo ele não trabalha não, vai é me dar problemas. Dispensa ele, dispensa”.

Enquanto falava isso, o coordenador balançava a cabeça em sinal de reprovação, repetindo várias vezes que não aceitaria o candidato para o teste e que era para dispensá-lo.

A partir da fala e dos gestos do coordenador do setor, podemos analisar o caráter específico das formas simbólicas expressas por ele. As dimensões das formas simbólicas apresentadas por Guareschi (2009) são usadas a seguir para analisar a fala do coordenador: (1) dimensão intencional – as formas simbólicas expressas pelo coordenador foram direcionadas para o candidato, no caso são expressões de um sujeito e para um sujeito; (2) dimensão convencional – a fala do coordenador deixa claro que ele internalizou e está aplicando regras e convenções que anteriormente foram impostas a ele (ele afirma ter mudado seu estilo e seu jeito para poder trabalhar no hospital); (3) dimensão estrutural – a fala e o comportamento do coordenador possui uma estrutura articulada com a realidade em que ele está inserido, pois a atitude específica do coordenador (rejeitar o candidato) é uma parte congruente de uma visão geral de mundo e; (4) dimensão referencial – o coordenador se refere às normas da empresa, expressa seu entendimento sobre a postura que um candidato a um emprego deve tomar e deixa claro quais são as suas opiniões acerca do candidato à vaga; (5) dimensão contextual – o coordenador, a estagiária e o candidato estão inseridos em um hospital de uma sociedade capitalista, fundada em relações de exploração de muitos por poucos e, neste sentido, o posicionamento do coordenador reflete o caráter excludente do sistema em que vivemos.

A fala dele é expressão de uma ideologia que foi produzida, transmitida e recebida por todos os sujeitos envolvidos na situação. Além do coordenador, houve internalização da ideologia pela estagiária, que não se posicionou frente à situação, e apenas acatou o que o coordenador havia dito. Isso deixa claro que, apesar de termos consciência de algumas forças que nos oprimem e excluem, muitas vezes ficamos impotentes para a ação.

As dimensões da dominação e do poder destacadas por Guareschi (2009) também se

expressaram claramente na vivência. Os donos do hospital “podem mais” do que a estagiária e o coordenador. Estes, por sua vez, exercem relações de dominação sobre o candidato à vaga de emprego.

Podemos observar que essas diferentes posições nas relações de poder direcionam as ações. Na nossa experiência, por exemplo, a estagiária não confrontou o que o coordenador disse, pois, na hierarquia de poder, ambos estão abaixo dos donos do hospital, que têm acesso a recursos que dão a eles a possibilidade de demiti-los. Como a estagiária dependia do emprego, ela se submeteu àquela situação. Conseqüentemente, além de abdicar da sua vontade de intervir, ela termina exercendo poder sobre outro (o candidato). Sendo assim, a expropriação do poder fica mais explícita quando o candidato é impedido de participar do processo seletivo por causa de suas características físicas (cabelo, barba e cor da pele).

Nega-se a possibilidade do candidato de trabalhar, tendo como referência certas características de seu corpo, e isto ocorre sem que o coordenador pense sobre como está envolvido em um processo de exclusão. Se a questão fosse apenas o cabelo, seria possível pensar em diversas formas de solucionar a questão. Realmente, em um ambiente hospitalar os funcionários não podem usar cabelos soltos, porém vários deles usam toucas para atender às exigências normativas do Ministério do Trabalho sobre a segurança dos trabalhadores da área hospitalar. Porém, o coordenador foi incisivo ao afirmar que o candidato só faria o teste se cortasse o cabelo, o que, em certa medida, revela que o problema não é apenas o uso do cabelo solto.

O racismo pode estar implícito nessa relação que o coordenador estabelece com o candidato à vaga, pois quando afirma que não vai aceitar aquele candidato para o teste, ele afirma que as características físicas do candidato podem causar problemas. Vale ressaltar que o próprio coordenador é, também, um jovem negro, que se encontra naquela situação vivendo um processo de padecimento e servidão, por deixar sob a responsabilidade do outro as ideias sobre as afecções do próprio corpo (Sawaia, 2010).

Assim, o discurso do coordenador se dá a partir da sua própria experiência de ter abdicado de certa expressão de sua aparência física para poder trabalhar no hospital e isso aparece para ele como algo natural e justificável. Este discurso que busca legitimar a exclusão e aparece no interior de relações reais de dominação. Levando em consideração que os donos do hospital, o coordenador, a estagiária e o candidato possuem diferentes posições nas relações de poder, surgem diferentes relações sociais que se constituem de forma sistematicamente assimétricas que podem ser compreendidas como relações de dominação.

Relações de dominação excluem e oprimem, causam sofrimento e trazem prejuízos à vida cotidiana dos indivíduos que são marginalizados na nossa sociedade. Este processo pode ser melhor analisado pela discussão sobre o sofrimento ético-político.

### **Sofrimento ético-político**

Com o objetivo de trabalhar a dialética exclusão-inclusão levando em consideração as emoções, Sawaia (2010) opta por utilizar o termo sofrimento ético-político, isto é, o sofrimento determinado por relações sociais de desigualdade, por injustiças sociais e pelas mais diversas formas de opressão que são constituídas em uma sociedade que tem como base a dominação e submissão.

O sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida. O conteúdo, a qualidade e a dinâmica do sofrimento ético-político são determinados pela organização social e expressam a vivência cotidiana das questões sociais dominantes de cada época histórica. Assim, ele abarca a maneira como o sujeito é tratado na esfera da intersubjetividade em relações determinadas pela organização social.

Entendido dessa forma, o sofrimento ético-político possibilita apreender a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada momento histórico, e desvelar as desigualdades sociais a partir da dor que surge das situações sociais de exclusão e opressão. De acordo com a autora:

conhecer o sofrimento ético-político é analisar as formas sutis de espoliação humana por trás da aparência da integração social, e, portanto, entender a exclusão e a inclusão como as duas faces modernas de velhos e dramáticos problemas – a desigualdade social, a injustiça e a exploração (Sawaia, 2010, p. 106).

Nesse sentido, entendemos que o conceito de sofrimento ético-político permite analisar nossa vivência, pois possibilita a compreensão da complexidade do processo de desigualdade em que estamos submetidos: o racismo.

A vivência se mostrou como uma experiência real de situações que podemos viver a qualquer momento enquanto psicólogos ou enquanto pessoas negras que usam cabelos fora dos padrões ideológicos. A experiência nos envolveu de forma material e subjetiva: um de nós teve seu corpo negado, considerado fora do padrão, impossibilitado de trabalhar em uma instituição; a outra foi obrigada a se adequar às exigências da instituição e aceitar a situação pelo confronto, com a ameaça de perder o emprego.

O sofrimento produzido pela vivência mostra a dimensão subjetiva do processo de exclusão. Para explicitar essa dimensão, trabalhamos com a concepção de afetividade proposta por Sawaia (2010). De acordo com a autora, as emoções são constitutivas do pensamento e da ação. Além disso, são fenômenos históricos e sociais, cujo conteúdo e qualidade estão sempre em transformação. Assim, a paixão pode ser base para a servidão, mas também para o seu combate. Se usada positivamente, com base na sabedoria, a paixão torna-se importante arma para impulsionar ações coletivas democráticas. Mas ela torna-se negativa quando, associada à superstição e ao preconceito, aliena o indivíduo de sua condição humana.

Dessa forma, ainda segundo Sawaia (2010), fazer uma análise do processo de exclusão a partir da percepção dos sentimentos que foram suscitados possibilita a construção de um conhecimento que leva em conta a experiência humana – o que possibilita identificar estratégias sutis de controle e coerção, cuja manifestação pode ser explicitada pela análise das emoções. O que experienciamos, por exemplo, mostra a sutil crueldade perversa do processo de coerção: a vergonha do candidato diante do olhar do outro é uma emoção utilizada como forma de controle social; a culpa experienciada pela estagiária expressa o deslocamento da coerção para a esfera privada; o coordenador que internalizou a ideologia dominante expressa não apenas uma negação das características do candidato, mas de si mesmo, isto é: o coordenador estava negando características de seu próprio corpo e de sua identidade.

A dialética exclusão-inclusão revela assim sua crueldade sutil. O coordenador, incluído, possivelmente era um dos poucos negros naquele ambiente – hospital particular, de classe média – ocupando um cargo de poder, o qual, para alcançar, passou por um processo de disciplinarização, não apenas por esta instituição, mas também por várias outras instituições, como por exemplo, escola e cursos profissionalizantes.

No entanto, o caráter excludente e perverso dessa “inclusão” é expresso pelo medo do coordenador de ser demitido, tendo que se mostrar a todo o momento digno de ocupar aquele lugar. Isso faz com ele não aceite o candidato para o teste e reproduza o processo histórico de exclusão das populações negras. Ou seja, o processo de inclusão ocorre de forma que seja assegurada a manutenção do *status quo* de dominação, da ordem social. Assim, há uma disciplinarização dos corpos e da mente (Sawaia, 2010).

O caso vivido pode ser analisado sob a perspectiva ideológica, demonstrando o



quanto a inclusão é funcional, uma vez que um negro que ocupa um cargo de poder não aceita outro negro por julgar que este não se enquadra no perfil da instituição. Dessa forma, a coerção vivida por nós três, coordenador, estagiária e candidato, se insere em um contexto mais amplo da organização social da sociedade em que vivemos, que utiliza as mais diversas formas de coerção para manutenção da ordem social.

Assim, a inclusão se configura como uma forma tanto de disciplinar quanto de neutralizar possíveis sujeitos insurgentes, fazendo com que aqueles que são incluídos interiorizem seu discurso e o propaguem, tal como o coordenador (um negro) que exclui o candidato (outro negro).

Conseqüentemente, o sofrimento causado é ético-político, pois, durante a vivência, não aparece apenas nas situações de opressão, mas também em acontecimentos posteriores: a náusea sentida pelo candidato depois de ter sido dispensado, a forma como candidato e estagiária evitaram discutir sobre o tema com os colegas, ou o incômodo e a angústia criados pela impotência vivida pela estagiária.

A vivência foi um momento gerador de potência de ação, pois provocou conversas, discussões e reflexões sobre as experiências vividas e as várias emoções suscitadas. A potência de ação é definida por Sawaia (2010) como processo que reúne afetividade e razão, e revela a união de mente e corpo como responsáveis pela elaboração de um processo de insurgência, em que o indivíduo busca se afirmar, se expandir e atingir a liberdade.

### **Considerações Finais**

A vivência nos demonstrou como o racismo é um fenômeno cotidiano que oprime e exclui. Possibilitou-nos analisar o processo de exclusão como gerador de sofrimento ético-político sem individualizar a questão. Percebemos que a manifestação subjetiva da exclusão de diversos indivíduos pode ser compreendida como parte do processo social de manutenção de uma sociedade baseada na exploração e exclusão do diferente.

A experiência mostrou, também, que supostas formas de inclusão, muitas vezes, escondem um processo ideológico de supressão de certos agentes sociais. O coordenador, por exemplo, passa por uma “exclusão inclusiva” em que, apesar de estar presente em uma instituição como trabalhador, ocupando um cargo de poder, passa por um processo de negação do corpo do sujeito supostamente “incluído”. O coordenador internalizou processos ideológicos vigentes, e torna-se um agente de processos excludentes, tal como foi demonstrado pela sua postura diante do candidato.

Assim, nota-se que tanto exclusão, quanto inclusão podem ser processos que são utilizados para a manutenção e o fortalecimento do *status quo* de uma ordem social atravessada por desigualdades de gênero, classe e raça.

Nesse sentido, apesar de se manifestar individualmente, o sofrimento ético-político produzido pela exclusão representa processos vividos por grupos mais amplos. A sua superação não depende apenas de mudanças individuais, pois os sujeitos individuais não são responsáveis, de forma isolada, pela situação de exclusão.

Sendo assim, nossa vivência contribuiu para suscitar reflexões sobre o racismo, para podermos nos potencializar para agir no combate desse e de outros tipos de opressão.

### **Referências Bibliográficas**

- Bento, M. A. S. (2009). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone e M. A. S. Bento (Orgs.), *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (4ª ed. 25-57). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ducrot, O. (1987). *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes.

- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3ª ed., Trad. J. E. Costa). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Guareschi, P. A. (2009). Ideologia. In M. da G. C. Jacques & cols., *Psicologia social contemporânea*. (pp. 89-103). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martínez, M. (2002). *La investigación cualitativa etnográfica en educación: Manual teórico práctico*. México, DF: Trillas.
- Máximo, T. A. C. de O., Larrain; Leoncio F. C. R.; Nunes, A. V. de L., & Lins, S. L. B. (2012). Processos de identidade social e exclusão racial na infância da solidão. *Psicologia em Revista*, 18(3), 507-526. doi: 10.5752/P.1678-9563.2012v18n3p507
- Munanga, K. (2004). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In A. A. P. Brandão (Org.), *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira* (pp. 15-34). Niterói, RJ: EDUFF.
- Munanga, K. (2009). Prefácio. In I. Carone e M. A. S. Bento (Orgs.), *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (4ª ed., pp. 09-11). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Parker, I. (1989). *The Crisis in Modern Social Psychology: and how to end it*. London: Routledge.
- Sawaia, B. B. (2010). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão-inclusão. In: Sawaia, B. B. (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 99-119). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Silva, M. J. (2009). *Racismo à brasileira: raízes históricas: um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi.